

Riscos de infecção sexualmente transmissível nas trabalhadoras do sexo em Teresina-PI

Risks of sexually transmitted infection in sex workers in Teresina-PI

Riesgos de infección de transmisión sexual en trabajadoras sexuales de Teresina-PI

Recebido: 26/10/2020 | Revisado: 30/10/2020 | Aceito: 06/11/2020 | Publicado: 11/11/2020

Cynthia Araújo Frota

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3375-2992>

Centro Universitário Maurício Nassau, Brasil

E-mail: cynthiaaraujofrota@gmail.com

Camila de Araújo Batista

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5244-5894>

Centro Universitário Maurício Nassau, Brasil

E-mail: Ka_mila.araujo19@hotmail.com

Rosane da Silva Santana

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0601-8223>

Universidade Federal do Ceará, Brasil

E-mail: rosane_santana5@hotmail.com

Ana Carolina Santos Cândido

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7090-3537>

Universidade Estadual do Piauí, Brasil

E-mail: Karolenfcandido@live.com

Simone dos Santos Rodrigues

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6525-0436>

Centro Universitário Maurício Nassau, Brasil.

E-mail: Simonerodrigues461@gmail.com

Daniele Portela Araújo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9169-4252>

Universidade Estadual do Piauí, Brasil.

E-mail: Daniele20portela@hotmail.com

Maria Aparecida Pereira de Araujo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9830-3058>

Instituto Desenvolvimento Humano, Brasil

E-mail: Cidaphb.2015@gmail.com

Tainara Silva Cardoso

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9368-1244>

Centro Universitário Maurício Nassau, Brasil

E-mail: Tainara.f.14@hotmail.com

Resumo

No Brasil, a prostituição é considerada uma categoria profissional pelo Ministério do Trabalho e Emprego desde o ano de 2002 e está vinculada às associações em vários estados brasileiros, porém não regulamentada. É uma atividade estigmatizada e exposta a vários fatores de riscos como o consumo de álcool, tabaco, drogas ilícitas, violência, exploração sexual e infecções sexualmente transmissíveis. O objetivo do estudo foi conhecer os dados sociodemográficos e as ISTs das trabalhadoras do sexo em Teresina-PI. Estudo descritivo quantitativo realizado com 96 trabalhadoras do sexo cadastradas e regularizadas na Associação de Prostitutas do Piauí. A coleta dos dados ocorreu nos locais de atividade das trabalhadoras como bares, boates, bordeis/cabarets, utilizando-se questionário fechado. Os dados foram organizados em planilhas do programa Microsoft Office Excel e transferidos para o Programa SPSS. A maioria das trabalhadoras do sexo eram jovens com idade entre 25 a 31 anos (34,4%), solteiras (77,1%), escolaridade média (46,9%), pardas (58,3%), com renda superior a um salário mínimo (52,1%), residência fixa (58,3%) e possuíam filhos (78,1%). Concernente ao início na prostituição, a faixa etária foi de 15 a 25 anos (71,9%), com tempo de permanência na atividade de 2 a 5 anos (49,0%). Os bares foram os locais mais frequentados (49,0%), sendo realizados 4 a 5 programas diariamente (47,9%), e o sexo vaginal o mais praticado (56,3%). Quanto às ISTs, evidenciou-se a candidíase (25,0%), sintomas de dor ao urinar (69,8%) e abortos (50%). Diante dos dados, considera-se necessário aumento da cobertura assistencial pela Atenção Básica com estratégias de prevenção, promoção e proteção para redução dos agravos à saúde das trabalhadoras do sexo.

Palavras-chave: Comportamento sexual; Dados; Doenças sexualmente transmissíveis; Fatores de riscos; Trabalhadoras do sexo.

Abstract

In Brazil, the prostitution has been considered a professional category by the Ministry of Labor and Employment since 2002, and is linked to associations in several Brazilian states, but it isn't regulated. It is a stigmatized activity and exposed to various risk factors such as alcohol consumption, tobacco, illicit drugs, violence, sexual exploration and sexually

transmitted infections. The objective of the study was to know the socio-demographic data and the STIs of the sex workers in Teresina-PI. It is a quantitative descriptive study with 96 female sex workers registered and regularized in the Association of Prostitutes of Piauí. The data collection was in the places of the workers, such as bars, nightclubs, bordellos/cabaret, using a closed questionnaire. The data was organized into Microsoft Office Excel spreadsheets and transferred to the SPSS Program. The majority part of sex workers was young women between the ages of 25 and 31 (34.4%), single women (77.1%), average schooling (46.9%), brown women (58.3%), to a minimum wage (52.1%), fixed residence (58.3%) and had children (78.1%). The age group was 15 to 25 years old (71.9%), with a time of 2 to 5 years (49.0%), bars were the most frequented places (49, 0%), performing 4 to 5 programs daily (47.9%), having the most practiced vaginal sex (56.3%). As for STIs, candidiasis (25.0%), painful symptoms when urinating (69.8%), and abortions (50%) were found. In view of the data, it is considered necessary to increase the assistance coverage for Basic Health Care with strategies of prevention, promotion and protection to reduce the health problems of sex workers.

Keywords: Sexual behavior; Data; Risks factors; Sex professionals; Sexually transmitted diseases.

Resumen

En Brasil, la prostitución ha sido considerada una categoría profesional por el Ministerio de Trabajo y Empleo desde 2002 y está vinculada a asociaciones en varios estados brasileños, aunque no regulada. Es una actividad estigmatizada y expuesta a varios factores de riesgo como el consumo de alcohol, tabaco, drogas ilícitas, violencia, explotación sexual e infecciones de transmisión sexual. El objetivo del estudio fue conocer los datos sociodemográficos y las ITS de las trabajadoras sexuales de Teresina-PI. Estudio descriptivo cuantitativo realizado con 96 trabajadoras sexuales registradas y regularizadas en la Asociación de Prostitutas de Piauí. La recogida de datos se realizó en los lugares de actividad de los trabajadores, como bares, discotecas, burdeles / cabarets, mediante un cuestionario cerrado. Los datos se organizaron en hojas de cálculo de Microsoft Office Excel y se transfirieron al programa SPSS. La mayoría de los profesionales del sexo eran jóvenes de entre 25 y 31 años (34,4%), solteros (77,1%), con escolaridad media (46,9%), morenos (58,3%), con mayores ingresos salario mínimo (52,1%), residencia permanente (58,3%) y hijos (78,1%). En cuanto al inicio de la prostitución, el grupo de edad fue de 15 a 25 años (71,9%), con tiempo de permanencia en la actividad de 2 a 5 años (49,0%). Los bares fueron

los lugares más frecuentados (49,0%), realizándose de 4 a 5 programas diarios (47,9%) y el sexo vaginal el más practicado (56,3%). En cuanto a las ITS, se evidenció candidiasis (25,0%), síntomas de dolor al orinar (69,8%) y abortos (50%). A la vista de los datos, se considera necesario incrementar la cobertura asistencial por parte de Atención Primaria con estrategias de prevención, promoción y protección para reducir los problemas de salud de las trabajadoras sexuales.

Palabras clave: Comportamiento sexual; Dado; Enfermedades sexualmente transmisibles; Factores de riesgo; Trabajadores sexuales.

1. Introdução

A prostituição é uma prática sexual realizada geralmente sem o envolvimento de sentimentos e com a finalidade de retorno econômico (Reis, Penha, Neri, Andrade Luz & Souza Aquino, 2014). É legalizada em muitos países, principalmente nos do continente europeu como Alemanha, Suíça, Portugal, entre outros (Leal, Souza & Rios, 2017).

No Brasil, a prostituição é considerada uma categoria profissional pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) desde o ano de 2002, e está vinculada às associações em vários estados brasileiros, porém não regulamentada. Muitas mulheres trabalham de forma oculta, o que impossibilita a contagem do número de profissionais em atividade. É uma atividade estigmatizada e exposta a vários fatores de riscos como o consumo de álcool, tabaco, drogas ilícitas, violência, exploração sexual e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) (Banuth & Santos, 2016; Machado, 2017).

No mundo há mais de 40 milhões de pessoas que realizam atividades de sexo comercial, sendo que a maioria são mulheres com idade entre 15 a 49 anos. Estima-se que um por cento (1%) da população feminina brasileira (quase meio milhão de pessoas) esteja envolvida nestas atividades (Vilella & Monteiro, 2015).

Na atualidade, a motivação para o ingresso e o preconceito neste ramo não mudaram. As condições socioeconômicas precárias em conjunto com a baixa qualificação, a dificuldade para continuar com os estudos, a falta de apoio da família e a necessidade de um meio de renda para o sustento influenciam muitas mulheres na escolha desta profissão (Reis et al., 2014). De acordo com o relato de Leal, Souza e Rios (2017), 70% das profissionais citam estas circunstâncias como causa de suas escolhas.

A prática sexual com múltiplos parceiros e histórias sexuais desconhecidas sem o uso de preservativos, associada à baixa escolaridade e início precoce da atividade sexual colaboram para torná-las mais vulneráveis às ISTs (Queiroz, et al., 2017).

Ações de promoção da saúde com estímulo ao uso do preservativo e dos programas de prevenção contra as ISTs pelo SUS são estratégias ofertadas para os grupos de maior vulnerabilidade como os das trabalhadoras do sexo, homossexuais e usuários de drogas injetáveis (Vieira, Rocha, Head & Casimiro, 2014) haja vista que a prevalência para ISTs nas trabalhadoras do sexo é dez vezes mais que entre outras mulheres. Elas são afetadas principalmente pelas infecções assintomáticas, o que pode aumentar o risco de transmissão e dificuldades para o início do cuidado (Almeida, Lima, Sousa, Sousa Oliveira & Lima, 2017; Brasil, 2015).

A pesquisa teve como objetivo descrever os dados sociodemográficos e as infecções sexualmente transmissíveis das trabalhadoras do sexo do município de Teresina- PI.

2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa descritiva, quantitativa. A amostra do estudo foi realizada aleatoriamente com 96 trabalhadoras do sexo cadastradas e regularizadas na Associação de Prostitutas do Piauí- APROSPI. Foram incluídas no estudo mulheres com idade acima de 18 anos com aptidão a responder o questionário, e excluídas aquelas que tinham outra atividade profissional.

A coleta de dados ocorreu nos locais de atividade das trabalhadoras do sexo como bares, boates, bordeis/cabarés. As participantes foram convidadas, inicialmente, pelos responsáveis dos locais e, após a autorização deles, as pesquisadoras explicaram as condições para participação, bem como as questões éticas da pesquisa. Apenas aquelas que consentiram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram entrevistadas.

As entrevistas foram efetuadas entre fevereiro e abril de 2019 individualmente nos locais em horários nos quais as trabalhadoras do sexo estavam em atividade profissional. Utilizou-se um roteiro fechado com as seguintes variáveis sociodemográficas (idade, escolaridade, situação conjugal, raça, renda, residência fixa e filhos), dados sobre a profissão, tipo de relação sexual e as infecções sexualmente transmissíveis.

Após as entrevistas, as trabalhadoras foram informadas sobre infecções sexualmente transmissíveis, exame ginecológico, uso de drogas e orientações nos serviços de saúde

próximos aos estabelecimentos. Foram fornecidos materiais informativos como panfletos e preservativos masculinos e femininos disponibilizados pela Fundação Municipal de Saúde.

Esta pesquisa foi amparada na Resolução nº 466/ 2012 do Conselho Nacional de Saúde e foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Integral Diferencial (FACID) com o parecer nº 3.178.255. A participação no estudo foi voluntária, obtendo consentimento das participantes a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram respeitados, assim, todos os aspectos éticos, assegurando o anonimato e sigilo das informações das participantes.

Os dados foram organizados em planilhas do programa Microsoft Office Excel 2010 e transferidos para o Programa SPSS “*Statistical Package for the Social Science*” (versão 20.0 for Windows), software que possibilita calcular o percentual dos dados encontrados e realizar a análise estatística.

Foi utilizada a estatística descritiva com frequências absolutas e relativas. Após análise, os dados foram organizados e apresentados em forma de gráficos e tabelas, com objetivo de facilitar a interpretação.

3. Resultados e Discussão

Foram entrevistadas 96 trabalhadoras do sexo cadastradas na Associação de Prostitutas do Piauí (APROSPI).

Tabela 1. Descrição sociodemográfica das trabalhadoras do sexo (n=96). Teresina-PI, 2019.

VARIÁVEIS	n ¹	% ²
Idade		
18-24 anos	32	33,3
25-31 anos	33	34,4
32-38 anos	22	22,9
39-45 anos	9	9,4
46 ou mais	0	0,0
Situação conjugal		
Casada	17	17,7

Solteira	74	77,1
Não declarado	5	5,2
Escolaridade		
Ensino fundamental	37	38,5
Ensino médio	45	46,9
Ensino superior	10	10,4
Não declarado	4	4,2
Raça		
Negra	20	20,8
Parda	56	58,3
Branca	15	15,6
Amarela	1	1,0
Não declarado	4	4,2
Renda		
Abaixo de um salário mínimo	44	45,8
Acima de um salário mínimo	50	52,1
Não declarado	2	2,1
Residência fixa		
Sim	56	58,3
Não	38	39,6
Não declarado	2	2,1
Filhos		
Sim	75	78,1
Não	19	19,8
Não declarado	2	2,1

Legenda: ¹: frequência absoluta; ²: frequência relativa. Fonte: Autores.

Após a análise dos dados, observou-se que a maioria, 33 (34,4%) das trabalhadoras do sexo eram jovens, com faixa etária entre 25 e 31 anos. No estudo de Soares, Santos, Cardoso,

Neves e Batista (2015), realizado em um prostíbulo no estado de Rondônia, mostrou que a faixa etária prevalente das trabalhadoras do sexo era entre 26 e 35 anos, o que corrobora os achados do estudo.

Os atributos físicos advindos da juventude é uma das principais motivações para o desenvolvimento da prostituição, visto ser o principal produto de oferta e procura. Ser jovem e bonita, com corpo escultural, atrai um número maior de clientes, permitindo o aumento da renda e tornando mais favorável a negociação das condições em que irá ocorrer o programa, incluindo o uso de práticas mais seguras (Pinto, 2018).

Quanto à situação conjugal, 74 (77,1%) trabalhadoras do sexo eram solteiras e apenas 17 (17,7%), casadas. Semelhante ao estudo de Noronha, Junqueira e Elias (2018), no município de Uberlândia-MG, verificou-se que 75,9% das 158 trabalhadoras do sexo eram solteiras e 7 (4,4%), casadas. Para Penha et al., (2015), estar solteira é um fator que auxilia na tomada de decisão sobre o ingresso na profissão, pois não ter vínculos afetivos facilita a vivência no meio ao qual está inserida.

Verificou-se que 45 (46,9%) trabalhadoras do sexo tinham ensino médio. O mesmo resultado foi encontrado no estudo de Elias (2017), em Uberlândia-MG, mostrando que 54 (34,2%) trabalhadoras do sexo tinham ensino médio. O fato de ter um nível de escolaridade mediana facilita melhores rendimentos e condições de trabalho em decorrência do uso das ferramentas tecnológicas para selecionar clientes como redes sociais e sites de relacionamento.

Evidenciou-se que 56 (58,3%) trabalhadoras autodeclararam-se pardas, 50 (52,1%) com renda superior a um salário mínimo e 56 (58,3%) possuíam residência fixa. Semelhante ao estudo de Noronha, Junqueira e Elias (2018), realizado em Uberlândia-MG, sobre contextos de vulnerabilidades à violência configurados no campo de trabalho de mulheres trabalhadoras do sexo, 81 (51,9%) eram pardas. Os resultados referentes à renda e à moradia diferem do estudo realizado por Lima, Merchán-Hamann, Urdaneta, Damacena e Szwarcwald (2017), em dez municípios brasileiros, em que das 2.523 trabalhadoras do sexo, 45% disseram ter renda mensal inferior a R\$ 600,00 e somente 34,2% possuíam residência fixa.

A prostituição é motivada não só pelas necessidades financeiras, mas também pela circunstância de não precisar de qualificação formal especializada por parte de quem a executa. A renda gerada é um dos principais atrativos por levar e manter as mulheres nesta profissão (Bonifácio & Tilio, 2016).

75 (78,1%) trabalhadoras tinham filhos, e conforme Martins et al., (2018), em sua pesquisa sobre Incentivos e barreiras ao teste de HIV, entre mulheres profissionais do sexo no Ceará, mostraram que as trabalhadoras do sexo tinham de um a três filhos (83,6%).

Diante do exposto, constatou-se que as trabalhadoras do sexo cadastradas na Associação de Prostitutas do Piauí eram jovens, solteiras, com filhos, de escolaridade média, renda acima de dois salários mínimos e com residência fixa.

Tabela 2. Descrição das trabalhadoras do sexo quanto à profissão. (N=96) Teresina-PI, 2019.

VARIÁVEIS	n¹	%²
Idade de início da prostituição		
15 a 25 anos	69	71,9
25 a 35 anos	17	17,7
35 a 45 anos	2	2,1
Não declarado	8	8,3
Tempo de prostituição		
2 a 5 anos	47	49,0
5 a 8 anos	23	24,0
Há mais de 8 anos	20	20,8
Não declarado	6	6,3
Locais dos programas de prostituição		
Bares	47	49,0
Boates	45	46,9
Bordeis//Cabarés	13	13,5
Rua	9	9,4
Outros	5	5,2
Não declarado	1	1,0
Quantidade de programas realizados diariamente		
1 a 3 programas	37	38,5
4 a 5 programas	46	47,9

6 a 10 programas	8	8,3
10 a 15 programas	2	2,1
Acima de 15 programas	0	0,0
Não declarado	3	3,1

Legenda: ¹: frequência absoluta; ²: frequência relativa. Fonte: Autores.

Identificou-se que 69 (71,9%) das entrevistadas iniciaram a prostituição com idade entre 15 a 25 anos e 47 (49%) trabalhavam no período de 2 a 5 anos. Um estudo sobre as práticas sexuais e reprodutivas de prostitutas da “zona grande” de Belo Horizonte e a prevenção de AIDS e outras ISTs, apontaram que as trabalhadoras do sexo começaram na prostituição com 22 anos em média e cerca de 5 anos de serviço (Chacham, Maia & Alvarenga, 2016).

Os principais locais dos programas de prostituição foram os bares, 47 (49%), boates 45 (46,9%), bordeis/cabereis 13 (13,5%) e ponto de rua, apenas 9 (9,4%). Semelhante ao estudo de Lima et al., (2017), realizado em dez municípios brasileiros, 61,3% das trabalhadoras do sexo informaram trabalhar em locais como bares, boates, hotel/motel e 38,7% em ponto de rua.

O estudo mostrou que 46 (47,9%) trabalhadoras do sexo realizavam 4 a 5 programas diariamente. Resultado semelhante foi observado por Silva e Barbosa (2016), em uma pesquisa sobre a dinâmica da prostituição, realizada em Parintins-AM, em que as trabalhadoras realizavam até 5 programas por dia.

Foram evidenciadas condutas que favorecem a transmissão de infecções sexualmente transmissíveis, como o início precoce da atividade sexual, o curto período de serviço e uma elevada quantidade de programas por dia.

Tabela 3. Descrição das trabalhadoras do sexo quanto ao tipo de relação sexual. (N=96)
Teresina-PI, 2019.

Variável	n ¹	% ²
Tipos de relação sexual		
Vaginal	54	56,3
Anal	3	3,1
Oral	16	16,7
Todas	42	43,8
Não declarado	2	2,1

Legenda: ¹: frequência absoluta; ²: frequência relativa. Fonte: Autores.

As trabalhadoras do sexo relataram que a prática vaginal era a mais utilizada, com 54 (56,3%) e que 42 (43,8%) realizavam todas (vaginal, oral e anal). Raiol et al., (2016), em seu estudo sobre vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis das mulheres que comercializavam sexo em municípios e comunidades do arquipélago do Marajó-PA, mostraram que 59,5% executavam, também, todas as práticas sexuais, porém, no mesmo estudo, eles evidenciaram que outras práticas como beijos e carícias preliminares ao jogo amoroso eram incluídas como acréscimo no pagamento determinado pelas trabalhadoras.

O número de programas e o tipo de relação sexual praticada pelas trabalhadoras do sexo tornam-se fatores de risco para infecção sexualmente transmissível quando ocorrem sem o uso do preservativo. De acordo com Miranda, Pereira, Polastri, Silva e Santos, (2014), o sexo anal e o vaginal possuem elevado risco de desenvolvimento das ISTs devido ao contato do fluido contaminado com as mucosas. No sexo oral, o risco é pequeno, ocorrendo apenas nas pessoas com pequenas úlceras e sangramentos na mucosa oral; e elevado pelo aumento do número de programas realizados diariamente sem preservativo.

De acordo com o estudo, a relação sexual vaginal teve maior prevalência, porém muitas mulheres também realizam todas as práticas sexuais (vaginal, oral e anal). Isso mostra a importância do uso de preservativos para evitar infecções sexualmente transmissíveis durante as relações sexuais realizadas pelas trabalhadoras do sexo.

Tabela 4. Descrição das trabalhadoras do sexo quanto às infecções sexualmente transmissíveis. (n=96), Teresina, 2019.

VARIÁVEIS	n¹	%²
Infecção sexualmente transmissíveis		
Candidíase	24	25,0
Gonorreia	5	5,2
Sífilis	3	3,1
Herpes	0	0,0
Condiloma	4	4,2
HIV	0	0,0
Não sabe	58	60,4
Não declarado	8	8,3
Sintomas de infecção		
Corrimento vaginal com odor fétido	35	36,5
Coceira vaginal/anal	38	39,6
Úlceras	1	1,0
Verrugas	0	0,0
Dor durante o ato sexual	19	19,8
Sangramento vaginal	2	2,1
Dor ao urinar	67	69,8
Não declarado	14	14,6
Teve abortos		
Sim	48	50,0
Não	44	45,8
Não declarado	4	4,2
Teste anti-HIV		
Sim	87	90,6
Não	8	8,3

Não declarado	1	1,0
Teste de sífilis (VDRL)		
Sim	80	83,3
Não	15	15,6
Não declarado	1	1,0
Exame citopatológico		
Sim	82	85,4
Não	8	8,3
Não declarado	6	6,3

Legenda: ¹: frequência absoluta; ²: frequência relativa. Fonte: Autores.

Os dados do estudo mostraram que 58 (60,4%) trabalhadoras do sexo relataram não saber se possuíam alguma IST. Dentre as que confirmaram possuir a infecção sexual, 24 (25,0%) falaram que já tiveram candidíase, 5 (5,2%), gonorreia e nenhuma HIV. Leal et al. (2017) em uma pesquisa realizada em Sumaré- SP, com o intuito de discutir a associação multivariada entre alterações citológicas do colo uterino e comportamento de risco em mulheres trabalhadoras do sexo, observou-se que 55,9% delas tinham sido infectadas pelo HIV e 38,8% por alguma IST, sendo estas HPV, sífilis, herpes e gonorreia.

A candidíase trata-se de uma infecção bastante comum ocasionada pela *Candida spp.*, um gênero de fungos oportunista oriundo da microbiota humana, normalmente encontrado na mucosa vaginal e/ou digestiva. Esses fungos podem ser contraídos através da autocontaminação a partir da região perianal, durante as relações sexuais, e por meio de alterações no ambiente vaginal, provocadas por contraceptivos orais e má higiene, levando ao desenvolvimento de uma candidíase vulvovaginal. Essa condição favorece a entrada de agentes infecciosos, tornando-se um risco adicional para IST e outras infecções como a urinária (Furtado, Motta, Mendes, Silva & Santos, 2018).

Foram relatados vários sintomas de infecções sexuais, como dor ao urinar, 67 (69,8%), coceira vaginal/anal 38 (39,6%), corrimento vaginal com odor fétido 35 (36,5 %). Resultados semelhantes foram encontrados por Raiol et al. (2016) no estudo sobre vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis das mulheres que comercializam sexo em municípios e comunidades do arquipélago do Marajó-PA, em que 39,9% das trabalhadoras entrevistadas relataram dor ao urinar e 55,6%, coceira vaginal/anal.

Das entrevistadas, 48 (50%) reportaram terem sofrido ou praticado aborto em algum momento da vida. Este número expressivo também foi constatado em pesquisas realizadas em Porto Alegre-RS, Belém-PA e Teresina-PI, onde mais de 50% das mulheres relataram o aborto, no qual a gravidez não era oriunda de relacionamentos afetivos (Cruz, Ferreira, Martins & Souza, 2017).

Esse fenômeno pode estar relacionado com problemas de saúde pré-existentes, como as ISTs que, quando não tratadas corretamente, acabam ocasionando abortos por promover complicações no desenvolvimento do feto, a exemplo da sífilis congênita, que promove má-formação, ou inflamações nos órgãos da pelve, como no caso da gonorreia e/ou clamídia, que pode levar à ocorrência de infertilidade, gravidez ectópica ou à perda involuntária do feto (Santos, 2017; Oliveira, 2014).

A realização dos testes de triagem que permitem o acompanhamento do estado de saúde quanto às ISTs foi confirmada por grande parte das entrevistadas, como no caso do teste anti-HIV, em que 87 (90,6%) trabalhadoras já haviam feito em algum momento da vida. Sousa, Frota, Castro, Kendall e Kerr, (2017), em uma discussão sobre as barreiras e os incentivos para a realização do teste HIV pelas trabalhadoras do sexo em Fortaleza-CE, observaram resultados em que 83% das participantes da pesquisa mencionaram ter efetuado o teste. Esses dados podem mostrar que Políticas de prevenção são ofertadas a essa população pelo Ministério da Saúde. Essa política visa a descentralização da vigilância, prevenção e controle das ISTs e do HIV com a ampliação do acesso à atenção primária à saúde e testagem para diagnóstico às populações mais vulneráveis (Sousa et al., 2017).

4. Considerações Finais

O estudo foi extremamente relevante por permitir o conhecimento das características sociodemográficas e as principais infecções sexualmente transmissíveis das trabalhadoras do sexo do Piauí.

Diante dos dados, observou-se que parte das mulheres desconhecia possuir alguma IST. Porém, após a tabulação e análise dos dados, foram identificadas algumas ISTs nas trabalhadoras do sexo, como candidíase, gonorreia, sífilis e condiloma.

Evidencia-se que mesmo com as recomendações do Ministério da Saúde e a oferta gratuita do teste de triagem para grupos de riscos como os das trabalhadoras do sexo, ainda assim, muitas mulheres não possuem interesse e conhecimentos para identificar os sintomas das ISTs e procurar o Sistema de Saúde.

Considera-se necessário mais cobertura assistencial pela Atenção Básica com estratégias de prevenção, promoção e proteção para redução dos agravos à saúde das trabalhadoras do sexo.

Referências

Almeida, I. S., Lima, K. A. P., Sousa, S. F., Souza Oliveira, V., & Lima, L. R. (2017). Determinantes sociais X IST: Profissionais do sexo. *Mostra Interdisciplinar do curso de Enfermagem*, 2(2).

Banuth, R. D. F., & Santos, M. A. D. (2016). Vivências de discriminação e resistência de uma prostituta negra. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(3), 763-776.

Bonifácio, D., Pereira, D., & Tilio, R. D. (2016). Mulheres profissionais do sexo e o consumo excessivo de álcool. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 19(1), 29-44.

BRASIL. Ministério Da Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), Brasília, DF, 2.

Chacham, A. S., Maia, M. B., & Alvarenga, G. M. (2016). Práticas Sexuais e Reprodutivas de Prostitutas da “Zona Grande” de Belo Horizonte e a Prevenção de AIDS e outras DSTs. *Anais*.

Cruz, N. L., Ferreira, C. L., Martins, E., & Souza, M. (2016). O cuidado com a saúde das mulheres profissionais do sexo: uma revisão narrativa. *Disciplinarum Scientia/ Saúde*, 17(3), 339-352.

Elias, A. R. R (2017). Transtornos mentais comuns, qualidade e satisfação na vida de mulheres profissionais do sexo. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil.

Furtado, H. L. A., Motta, B. L. A., Mendes, T. L., Silva, T. O., & Santos, J. R. A. (2018). Fatores Predisponentes Na Prevalência Da Candidíase Vulvovaginal. *Revista de Investigação Biomédica*, 10(2), 190-197.

Knechtel, M. D. R. (2014). Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. *Curitiba: Intersaberes*, 125p.

Leal, C. B. D. M., Souza, D. A. D., & Rios, M. A. (2017). Aspectos de vida e saúde das profissionais do sexo. *Rev. enferm. UFPE on line*, 4483-4491.

Lima, F. S. D. S., Merchán-Hamann, E., Urdaneta, M., Damacena, G. N., & Szwarcwald, C. L. (2017). Fatores associados à violência contra mulheres profissionais do sexo de dez cidades brasileiras. *Cadernos de Saúde Pública*, 33, e00157815.

Machado, J. P. (2017). Proposta de regulamentação da prostituição no Brasil: desmarginalização de uma profissão ou institucionalização da cafetinagem? Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

Martins, T. A., Kerr, L., Macena, R. H. M., Mota, R. S., Dourado, I., Brito, A. M. D., ... & Kendall, C. (2018). Incentivos e barreiras ao teste de HIV entre mulheres profissionais do sexo no Ceará. *Revista de Saúde Pública*, 52, 64.

Miranda, T. S., Pereira, P. C., Polastri, J. A., Silva, C. A. V., & Santos, A. (2014). Fatores de risco para coinfeção de hiv e hepatite c em mulheres profissionais do sexo. *Revista uningá review*, 19(1), 52-57.

Noronha, I. C. D., & Elias, A. R. R. (2018). Contextos de vulnerabilidades à violência configurados no campo de trabalho de mulheres profissionais do sexo. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência da Saúde) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil.

Oliveira, R. D. Correção da base de dados do SINAN- Sífilis congênita do município de Dourados/MS. 2014. Monografia (Graduação em Enfermagem). Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Dourados, Brasil.

Penha, J. C., Queiroz Aquino, C. B., Neri, É. D. A. R., Reis, T. G. O., Souza Aquino, P., & Pinheiro, A. K. B. (2015). Fatores de risco para doenças sexualmente transmissíveis em profissionais do sexo do interior piauiense. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 36(2), 63-69.

Pinto, M. V. (2018). *Prostituição de luxo: sentidos e representações atribuídos à prostituição de luxo em contexto universitário*. 148 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade do Minho, Braga, PT, 2018.

Queiroz, A. A. F. L. N., Sousa, Á. F. L., Araújo, T. M. E., Oliveira, F. B. M., Moura, M. E. B., & Reis, R. K. (2017). A review of risk behaviors for HIV infection by men who have sex with men through geosocial networking phone apps. *Journal of the Association of Nurses in AIDS Care*, 28(5), 807-818.

Silva, J. D. B., Oliveira, D. M., Rocha Filho, D. R., Mesquita, N. M. C. B., Lima, M. T. N., Teixeira, H. K. D. S., & Costa, E. D. S. (2017). Vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis/AIDS em idosos. *Revista Uningá*, 53(1).

Reis, T. G. O., Penha, J. C., Neri, É. D. A. R., de Andrade Luz, G. O., & de Souza Aquino, P. (2014). Health education with prostitutes: an experience to couple of education. *Rev Enferm UFPI*, 3(3), p. 46-52.

Santos, D. S. (2017). Contribuições para diminuir a prevalência de infecções sexualmente transmissíveis em gestantes inscritas na unidade básica de saúde dr. Aurélio Caciquinho na estratégia saúde da família São Francisco em Januária- Minas Gerais. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Estratégia de Saúde da Família) - Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claro, Brasil.

Silva, F. S., Barbosa, T.R. (2016). A dinâmica da prostituição no espaço urbano de Parintins. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia). Centro de Estudos Superiores de Parintins. Universidade do Estado do Amazonas, AM, Brasil

Soares, J. F. S., Santos, L. C. D., Cardoso, J. P., Neves, L., & Batista, E. C. (2015). A prostituição como profissão: uma análise sob a ótica das profissionais do sexo. *Rev Saberes*, 3(2), 63-75.

Sousa, R. M. R. B., Frota, M. M. A., Castro, C., Kendall, B. C., & Kerr, L. R. F. S. (2017). Percepções de mulheres profissionais do sexo sobre acesso do teste HIV: incentivos e barreiras. *Saúde em Debate*, 41, 513-525.

Vieira, A. C. D. S., Rocha, M. S. G., Head, J. F., & Casimiro, I. M. A. P. C. (2014). A epidemia de HIV/Aids e a ação do Estado. Diferenças entre Brasil, África do Sul e Moçambique. *Revista Katálysis*, 17(2), 196-206.

Villela, W. V., & Monteiro, S. (2015). Gênero, estigma e saúde: reflexões a partir da prostituição, do aborto e do HIV/aids entre mulheres. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24, 531-540.

Who World Health Organization. *Global incidence and prevalence of selected curable sexually transmitted infections*. Geneva: WHO, 2012. Recuperado de <https://www.who.int/reproductivehealth/publications/rtis/stisestimates/en/>

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Cynthia Araújo Frota – 25%
Camila de Araújo Batista– 15%
Rosane da Silva Santana– 25%
Ana Carolina Santos Cândido– 15%
Simone dos Santos Rodrigues– 15%
Daniele Portela Araújo– 15%
Maria Aparecida Pereira de Araujo– 15%
Tainara Silva Cardoso– 15%